

NEOPENTECOSTAIS E O DISCURSO DE ÓDIO CONTRA PESSOAS LGBTQIA+
NEOPENTECOSTALS AND HATE SPEECH AGAINST LGBTQIA+ PEOPLE
NEOPENTECOSTALES Y EL DISCURSO DE ODIO CONTRA LAS PERSONAS
LGBTQIA+

Raimundo Sérgio de Farias Júnior¹
Lana Larissa Moreira Braz²
Lienne Moraes e Moraes³

RESUMO: O artigo analisa a difusão do discurso de ódio contra pessoas LGBTQIA+ no contexto neopentecostal brasileiro, tomando como referência uma igreja localizada em Belém (PA). A pesquisa tem como objetivo compreender como fiéis percebem indivíduos LGBTQIA+ e a união homoafetiva. O estudo utiliza abordagem qualitativa, fundamentada no materialismo histórico-dialético, articulando pesquisa bibliográfica e entrevistas estruturadas com oito membros atuantes da igreja. Os dados são examinados por meio da análise de conteúdo. Os resultados indicam que os entrevistados associam a homossexualidade ao pecado, à doença e à ameaça à família, reiterando discursos difundidos por lideranças religiosas e parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica. Observa-se que tais percepções se sustentam em leituras literais das Escrituras Sagradas e em moralidades pautadas pela heteronormatividade compulsória. As falas revelam a naturalização de práticas discriminatórias, a patologização das identidades LGBTQIA+ e a legitimação da exclusão social. O estudo conclui que a articulação entre religião e política fortalece discursos de ódio, ameaça princípios democráticos e demanda ações educativas que promovam a laicidade do Estado e o respeito à diversidade humana.

Palavras-chave: Neopentecostalismo. Discurso de ódio. LGBTQIA+. Religião e política.

¹ Doutor em Educação - Universidade do Estado do Pará. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Ciências da Religião e Educação - (PPGCR/PPGED) - Universidade do Estado do Pará.

² Mestre em Ciências da Religião - Universidade do Estado do Pará.

³ Mestre em Ciências da Religião - Universidade do Estado do Pará.

ABSTRACT: This article examines the dissemination of hate speech against LGBTQIA+ individuals within the Brazilian neopentecostal context, focusing on a church located in Belém, Pará. The study aims to analyze how church members perceive LGBTQIA+ people and same-sex unions. It employs a qualitative approach grounded in historical-dialectical materialism, combining bibliographical research and structured interviews conducted with eight active members of the selected church. The data are analyzed using content analysis. The findings show that participants associate homosexuality with sin, illness, and a threat to the family, reflecting discourses disseminated by religious leaders and members of the Evangelical Parliamentary Front. These perceptions rely on literalist interpretations of Scripture and moralities shaped by compulsory heteronormativity. The statements reveal the naturalization of discriminatory practices, the pathologization of LGBTQIA+ identities, and the legitimization of social exclusion. The study concludes that the articulation between religion and politics reinforces hate speech, challenges democratic principles, and highlights the need for educational initiatives that strengthen state secularism and promote respect for human diversity.

Keywords: Neo-pentecostalism. Hate speech. LGBTQIA+. Religion and politics.

RESUMEN: El artículo analiza la difusión del discurso de odio contra personas LGBTQIA+ en el contexto neopentecostal brasileño, tomando como referencia una iglesia localizada en Belém (PA). La investigación tiene como objetivo comprender cómo los fieles perciben a los individuos LGBTQIA+ y la unión homoafectiva. El estudio utiliza un enfoque cualitativo, fundamentado en el materialismo histórico-dialéctico, articulando la investigación bibliográfica y entrevistas estructuradas con ocho miembros activos de la iglesia. Los datos son examinados por medio del análisis de contenido. Los resultados indican que los entrevistados asocian la homosexualidad al pecado, a la enfermedad y a la amenaza a la familia, reiterando discursos difundidos por liderazgos religiosos y parlamentarios del Frente Parlamentario Evangélico. Se observa que tales percepciones se sustentan en lecturas literales de las Sagradas Escrituras y en moralidades pautadas por la heteronormatividad **obligatoria**. Los testimonios revelan la naturalización de prácticas discriminatorias, la patologización de las identidades LGBTQIA+ y la legitimación de la exclusión social. El estudio concluye que la articulación entre religión y política fortalece los discursos de odio, amenaza los principios democráticos y demanda acciones educativas que promuevan la laicidad del Estado y el respeto a la diversidad humana.

Palabras clave: Neopentecostalismo. Discurso de odio. LGBTQIA+. Religión y política.

INTRODUÇÃO

No Brasil, o movimento neopentecostal se expandiu nos anos 1970 e configura a terceira fase do movimento religioso pentecostal. Nas últimas décadas, essa vertente religiosa registrou um avanço considerável, sobretudo nas áreas urbanas, com o advento da Teologia da Prosperidade (TP), que caracteriza a ótica dos cultos a partir de um viés empresarial (Duque e Rocha, 2020). Nesse contexto, o movimento configura-se como uma forma de organização religiosa com pressupostos subordinados aos valores ideológicos neoliberais e afinada com o ethos do modo de produção capitalista.

Max Weber (2004), em sua obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, observa que a lógica capitalista, inspirada em um novo ethos, liberou e incentivou os agentes econômicos à acumulação de capital. Nesse sentido, com a Reforma religiosa iniciada por Martinho Lutero, os empresários teriam encontrado motivação psicológica para se dedicar intensamente à racionalização de seus negócios e à busca pela maximização do lucro (Weber, 2004).

Hoje, vivemos uma nova etapa do processo de acumulação de capital, marcada pelo “novo espírito do capitalismo” (Boltanski e Chiapello, 2009). A religião, inclusive, acompanha as transformações ensejadas pelo modo de produção vigente. O neoliberalismo disseminou-se rapidamente nas sociedades de mercado e se alinhou, em grande medida, à Teologia da Prosperidade (TP) (Dias e Romancini, 2022). Presenciamos, assim, a “[...] adoção da racionalidade neoliberal por movimentos evangélicos conservadores” (Dias e Romancini, 2022, p. 145).

Stella (2018) observa que a Teologia da Prosperidade tem se expandido entre os segmentos mais conservadores das igrejas evangélicas, bem como tem exercido expressiva influência sobre a vida e o ministério dos cristãos, além das dimensões social, política, econômica e cultural. Nesse bojo, o movimento neopentecostal tem insuflado a propagação do discurso de ódio contra determinadas minorias, em especial a população LGBTQIA+, ultrapassando, assim, os limites jurídicos da liberdade de expressão, bem como os da liberdade religiosa.

Ainda que consideremos a importância e a legitimidade do usufruto do direito à livre manifestação de pensamento em todos os espaços sociais, quando ocorre a extrapolação sistemática desse direito, tendo como consequência a disseminação da violência e da exclusão, torna-se imperativo ético denunciar e combater toda e qualquer manifestação carregada de preconceito e práticas discriminatórias. Nessa direção, a presente pesquisa objetiva analisar a

percepção de fiéis de uma igreja neopentecostal acerca de pessoas LGBTQIA+.

Assim, considerando as notas introdutórias, este artigo resulta de uma pesquisa qualitativa realizada em uma igreja de orientação neopentecostal localizada no município de Belém, no estado do Pará. A escolha da referida igreja se deu em razão do elevado número de representantes a ela vinculados na frente parlamentar evangélica, cujos membros têm proferido discursos contrários aos direitos da união homoafetiva. O instrumento de coleta de dados utilizado foi a entrevista estruturada, realizada com oito membros atuantes da igreja selecionada para a pesquisa empírica. Os resultados são apresentados nas seções seguintes deste artigo.

2. NEOPENTECOSTAIS E DISCURSO DE ÓDIO

O neopentecostalismo caracteriza a terceira fase do movimento pentecostal, iniciada nas décadas de 1970 e 1980, sendo a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) a principal representante desse segmento. Para Mariano (1999), “o prefixo neo mostra-se apropriado para designá-la tanto por remeter à sua formação recente quanto ao caráter inovador do neopentecostalismo”. Entre as principais características das igrejas neopentecostais, destacam-se a guerra espiritual entre o bem e o mal, a ênfase na Teologia da Prosperidade, o uso dos meios de comunicação de massa e a estruturação em formato empresarial (Mariano, 1999).

4

Essa corrente religiosa, além de enfatizar a prosperidade, se atém à difusão do misticismo, que apresenta, em certa medida, semelhanças com rituais de religiões afro-brasileiras, bem como à adoção e disseminação de posturas anti-intelectualistas, estabelecendo-se, ainda, em uma estrutura hierárquica sedimentada na centralização do poder nas mãos dos líderes.

Como bem observa Peixoto (2021), os neopentecostais situam-se no contexto da terceira onda de evolução do movimento pentecostal, atribuindo maior destaque à prosperidade material, a qual estaria em conexão com um pensamento teológico triunfalista e materialista.

Isso, pois sua principal influência é a teologia da chamada confissão positiva, desenvolvida por nomes como Kenneth Hagin, principalmente nas décadas de 1960 e 1970 e, expandindo-se nas décadas posteriores. A confissão positiva seleciona textos bíblicos referentes à vitória do cristão sobre o pecado e a morte, transmuta-os e expande-os para vitórias na presente vida material, principalmente sobre a pobreza e a doença, símbolos de derrota que não deveriam ser aceitos pelos crentes (Peixoto, 2021, p. 196).

Pentecostais e neopentecostais são alguns dos segmentos religiosos que mais têm crescido no Brasil nas últimas décadas. No mesmo período, verifica-se também o crescimento da representação parlamentar nas esferas municipal, estadual e federal.

De acordo com Silva e Silva (2023), estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revela um crescimento expressivo de estabelecimentos religiosos no Brasil nos últimos vinte anos. Em 2021, dos 124.529 estabelecimentos no país, 52% eram pentecostais ou neopentecostais. Dessa forma, com a expansão do segmento neopentecostal, amplia-se a influência política e social dessa vertente no país.

Com o objetivo de ampliar sua influência e poder político, os neopentecostais buscam ocupar cargos públicos para assegurar interesses e princípios frequentemente associados a um discurso violento, muitas vezes fundamentado em doutrinas e visões de mundo contrárias a movimentos e pautas progressistas (Silva e Silva, 2023). Nesse sentido, além de religioso, o discurso neopentecostal caracteriza-se como um discurso de ódio, que pode ser definido como:

[...] Toda forma de manifestação de desprezo e intolerância contra determinados grupos em razão de sua raça, religião, nacionalidade, orientação sexual, etnia, gênero, crença, condição física ou qualquer outra característica de identificação social. Visa à promoção do ódio e da instigação da violência, hostilidade ou discriminação, motivadas por meros preconceitos contra o segmento social ao qual pertence o indivíduo em sua integralidade (Laurentiis; Toda, 2022, p. 188).

Desse modo, quase na mesma proporção em que se verifica, nas últimas duas décadas, um crescimento expressivo da representação parlamentar de orientação evangélica, observa-se também o aumento de posicionamentos e manifestações, no parlamento, de discursos de ódio contra diversas minorias, em especial aquelas que não se enquadram no âmbito da heteronormatividade compulsória.

E com frequência, assistimos a aderência a esse tipo de posição hostil e discriminatória de grande parte dos membros das igrejas que professam sua fé em templos neopentecostais contra indivíduos que não se enquadram no padrão estabelecido da heteronormatividade compulsória.

Em consonância com Oliva (2014), o discurso de ódio objetiva intimidar determinados grupos sociais, bem como instigar outros integrantes da sociedade ao ódio contra minorias, alimentando a intolerância. Do mesmo modo, Brugger (2007) define o discurso de ódio como “palavras que tendem a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião” e que visam “[...] instigar violência, ódio ou discriminação contra essas pessoas”. Cavalcante Filho (2017) também entende que “o discurso do ódio (hate speech) pode ser definido, de forma ampla, como a expressão cujo conteúdo ofende a honra ou a imagem de grupos sociais, especialmente minorias, ou prega a discriminação contra os integrantes desses grupos” (Cavalcante Filho, p. 36).

Pinto (2019) compreende que o elemento central do discurso de ódio é a expressão do pensamento que desqualifica grupos minoritários com o objetivo de propagar a discriminação.

A autora reitera que:

[...] O discurso de ódio configura-se como manifestação, por todo e qualquer meio de comunicação, seja verbal ou não, considerada como preconceituosa e agressiva que quando exteriorizado pode provocar ações violentas ou expor símbolos de ódio [...] (Pinto, 2019, p. 44).

Dessa maneira, o discurso de ódio disseminado pelos neopentecostais influencia uma parcela expressiva da população brasileira a adotar posturas, ações e narrativas contra grupos minoritários, sobretudo em um país onde grande parte da população se declara evangélica (IBGE, 2010). Ainda conforme Pinto (2019), é preciso atentar para não confundir liberdade de expressão com discurso de ódio, uma vez que todos são livres e iguais, ainda que discordem entre si.

Não se trata de liberdade de expressão, direito consagrado no artigo 5º da Constituição Federal de 1988. Quando nossas manifestações estimulam a violência, a hostilidade e a discriminação, estamos diante do discurso de ódio, que, contraditoriamente, é insuflado por lideranças religiosas vinculadas a uma teologia cujo principal expoente disse: “Amar o próximo como a si mesmo”.

No entanto, considerando a enorme influência que lideranças religiosas exercem sobre seus fiéis, observa-se a intensificação e a naturalização da disseminação de posturas éticas e morais que não têm como premissa o amor ao próximo, mas o seu oposto. Ademais, o alvo da animosidade religiosa continua sendo as minorias sociais historicamente espoliadas.

3. NEOPENTECOSTAIS E A PAUTA LGBTQIA+

Machado e Piccolo (2010) apontam uma constante rejeição à população LGBTQIA+ nas religiões cristãs. Do mesmo modo, Aviz (2019) afirma que as igrejas pentecostais e neopentecostais não aceitam relações homoafetivas em seus espaços, convergindo para a intolerância religiosa, pois:

A permanência de homossexuais só é permitida nesses espaços por meio da abdicação de tal “condição”, para assim ter possibilidade de se enquadrar no cenário que a igreja mais preserva, isto é, a família patriarcal (sendo o pai a principal figura da família). Seria descabível a possibilidade de ver aceitação de uma relação homoafetiva nas dependências dessas instituições, haja vista que a manutenção da família heterossexual é apontado na bíblia: “Portanto, cada um de vocês também ame a sua mulher como a você mesmo, e a mulher trate o marido com todo respeito” (Efésios 5:33). Como também: “Deus os abençoou e lhes disse: ‘sejam férteis e multipliquem-se! Encham a terra!’” (Gênesis 1:28) (Aviz, 2019, p. 13).

Ainda segundo Aviz (2019), as orientações bíblicas fundamentam a construção de valores morais no contexto evangélico. Dessa forma, a heterossexualidade “é vista como uma forma de vida padrão e de harmonia social” (Aviz, 2019, p. 13), e o desvio dessa estrutura padrão é considerado uma quebra no comportamento moral e cultural, um pecado e uma desobediência a Deus.

De acordo com Machado e Piccolo (2010), as lideranças religiosas valorizam premissas naturalistas no que se refere à sexualidade, atrelando-as aos papéis de gênero. Do mesmo modo, atentam para a distinção entre a homossexualidade compreendida como resultado de fatores genéticos ou psicológicos e aquela entendida como uma escolha moral (Macedo e Sívori, 2018). Machado e Piccolo (2010) também sugerem que as interpretações da homossexualidade se fundamentam na valorização do Antigo Testamento, sobretudo a partir de uma leitura literal do texto bíblico.

Mesquita e Perucchi (2016) afirmam que as igrejas neopentecostais tendem a demonizar a homossexualidade, considerando-a como pecado e a pessoa homossexual como possuída ou influenciada pelo demônio, sendo a religião responsável pela libertação, cura e salvação do sujeito. Nesse sentido, Machado e Piccolo (2010) afirmam:

Em outra análise sobre os discursos evangélico e católico sobre homossexualidade, Natividade e Oliveira (2004) identificam três inclinações em relação às concepções de homossexualidade: um discurso afinado com o discurso pentecostal, a homossexualidade como possessão demoníaca a ser solucionada na experiência religiosa; um discurso que porta uma ‘visão psicologizante’ da homossexualidade; e um discurso inclusivo, que reporta à ideia de ética e de comportamento responsável independente de orientação sexual (Piccolo, 2010, p. 1424).

7

Apesar dos avanços na pauta relacionada à homossexualidade, Silva (2023) entende que a presença de evangélicos neopentecostais na política influencia a reprodução de atitudes discriminatórias contra pessoas homossexuais, por meio de discursos que repudiam a homossexualidade e as leis que visam assegurar os direitos dessa comunidade. Em sintonia com o exposto, Farias Júnior, Moreira e Moraes (2025) abordam que há uma preocupação com a pauta moral defendida por essa bancada cristã isso porque “é muito representativo e perigoso à democracia, tendo em vista a representação e força política que esses grupos demonstraram ter, especialmente nas últimas década” (Farias Júnior, Moreira e Moraes, 2025, p. 15).

Da mesma forma, Mesquita e Perucchi (2016), ao analisarem o discurso dos neopentecostais sobre a homossexualidade, verificaram uma tentativa de “desqualificar as relações homoafetivas e, logo, cercear os direitos dessa população”. Tais proposições compreendem a homossexualidade como uma prática antinatural à criação divina, sobretudo

em seu sentido biológico de procriação entre homem e mulher.

Particularmente no Brasil, embora o Supremo Tribunal Federal (STF) tenha reconhecido a união homoafetiva como entidade familiar (Brasil, 2011), a maioria dos parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica vem se posicionando contrária à homossexualidade, com base em uma interpretação particular da Bíblia.

Assim, verifica-se que, apesar de haver, no ordenamento jurídico brasileiro, um marco institucional que garante o direito à união homoafetiva, ainda é habitual a propagação de concepções desfavoráveis a esse tema, cujos fundamentos religiosos são frequentemente utilizados para justificar tais posturas, tanto nos parlamentos quanto em púlpitos religiosos.

É nesse cenário que a Câmara dos Deputados aprovou, em outubro de 2026, um requerimento de urgência para a criação da Bancada Cristã. A institucionalização dessa bancada configurará sua representação nas reuniões do Colégio de Líderes, com direito a voz e voto, além do uso da palavra, semanalmente, por cinco minutos.

Considerando a posição política assumida pela Frente Parlamentar Evangélica nos últimos anos, é provável que parte desses cinco minutos semanais (caso se confirme a aprovação da Bancada Cristã) seja utilizada para propagar discursos de ódio contra indivíduos de orientação sexual distinta da heteronormatividade compulsória.

4. A PERCEPÇÃO DE FIÉIS DE UMA IGREJA NEOPENTECOSTAL SOBRE LGBTQIA+

4.1 MÉTODOS

Este artigo foi elaborado mediante abordagem qualitativa, uma vez que seus autores procuraram privilegiar “[...] a análise de microprocessos, por meio do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise” (Martins, 2004, p. 288). Trata-se, ainda, de uma investigação alinhada à tradição crítica do materialismo histórico-dialético, ao objetivar interpretar, de forma radical, os fenômenos sociais, buscando avançar do abstrato ao concreto pensado e observando, dialeticamente, suas relações e contradições no que tange às conexões estabelecidas entre os neopentecostais e o discurso de ódio contra a população LGBTQIA+.

Além da necessária pesquisa bibliográfica sobre a literatura que versa sobre a temática aqui apresentada, a investigação foi desenvolvida mediante pesquisa de campo, cujo lócus foi uma igreja de orientação neopentecostal localizada no município de Belém. Adotou-se como

critério de escolha o fato de a referida igreja possuir representantes na Frente Parlamentar Evangélica e no parlamento do estado do Pará, cujos membros têm proferido discursos contrários aos direitos da união homoafetiva em seus pronunciamentos oficiais. Optou-se por realizar essa etapa da investigação no templo central da congregação escolhida, visto que nele a congregação de fiéis é mais concentrada.

O instrumento de coleta de dados foi a entrevista estruturada, realizada com 8 (oito) membros atuantes da igreja lócus da pesquisa empírica⁴. Utilizaram-se os seguintes critérios de seleção amostral: a) ser membro atuante da igreja selecionada há mais de cinco anos; b) ter votado em candidatos indicados pelo pastor; e c) possuir ensino superior completo. Essas informações objetivas foram obtidas mediante a aplicação de um questionário junto aos participantes dos cultos. Os dados coletados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme orientações de Bardin (2016).

Os dados foram categorizados considerando os aportes de Bardin (2016, p. 147), que orienta “[...] uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos”. Assim, seguindo a orientação de Bardin (2016), a escolha das categorias analisadas ocorreu de forma não apriorística, definindo duas categorias: a) discurso de ódio e união homoafetiva; e b) discurso de ódio e o sentimento em relação a pessoas de orientação sexual LGBTQIA+. A seguir, apresenta-se a organização e a sistematização dos dados coletados.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1. O DISCURSO DE ÓDIO E A PERCEPÇÃO DE FIÉIS DE UMA IGREJA NEOPENTECOSTAL SOBRE INDIVÍDUOS DE ORIENTAÇÃO LGBTQIA+

Freire e Cardinali (2012), ao analisarem a construção social da discriminação por orientação sexual e a criminalização da homofobia, identificam elementos teóricos que permitem compreender que se trata de um ódio institucionalizado. Para Freire e Cardinali (2012) a homossexualidade “[...] já foi considerada um pecado no campo da teologia; um crime no

⁴ De acordo com o Art. 1º da Resolução n.º 510, de 07 de abril de 2016, que estabelece as normas aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com participantes, a presente proposta se enquadra nas hipóteses de dispensa de registro no sistema CEP/CONEP. O estudo alinha-se especificamente aos incisos I, V e VI, por configurar-se como uma pesquisa de opinião pública com participantes não identificados, utilizar bancos de dados cujas informações são agregadas sem possibilidade de identificação individual, sem a finalidade estrita de produção de pesquisa científica inédita (BRASIL, 2016).

âmbito jurídico; uma doença e um desvio psicológico para a medicina” (Freire e Cardinali, 2012, p. 39). Infelizmente, para muitos cristãos, em particular aqueles que se orientam por teologias alinhadas a pautas conservadoras, indivíduos de orientação sexual diversa são alvo de discursos de ódio.

Primeiramente é imprescindível destaca que nem todos evangélicos que confessam em uma igreja pentecostal são de direita e defende todas as pautas conservadoras apresentadas por esse segmento. Há, certamente, em menor quantidade, um grupo de crentes que se posicionam politicamente no campo progressista. Então:

[...] É possível identificar no movimento evangélico coletivos que, na contramão do que se poderia esperar de seus adeptos, comumente associados ao conservadorismo, defendem os direitos humanos, a justiça social, a cidadania e a democracia (Alencar, 2019, p. 196).

Ademais, é necessário registrar que a Igreja Católica já deu grande contribuição para a divulgação de documentos que condenam a expressão da homossexualidade (Mendonça Neto e Madureira, 2018).

Contudo, de maneira geral, considerando sobretudo as arguições dos parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica no parlamento nacional, observa-se uma deliberada intenção de proibir o casamento homoafetivo, o que se expressa no relatório do deputado federal e pastor fundamentalista Eurico Silva (PL-PE).

Sobre essa questão, é relevante observar que a posição neopentecostal se apresenta, em grande medida, contrária a esse direito, embora o Supremo Tribunal Federal já reconheça a constitucionalidade da união entre pessoas do mesmo sexo. Nesse sentido, torna-se oportuno apresentar o entendimento dos participantes da pesquisa empírica, exposto no Quadro 01.

Quadro 01 – Sobre a união homoafetiva

Fiel	Sobre a união homoafetiva
Fiel 01	Sou totalmente contra. É um desrespeito contra toda a família de bem desse país e contra os preceitos cristãos. Isso é uma doença.
Fiel 02	É um absurdo. Um terrível retrocesso. Não podemos ser coniventes com o pecado e com essa doença social.
Fiel 03	Um homem que se deita com outro homem está em pecado e será julgado por isso.
Fiel 04	É um projeto para destruir a família tradicional. Isso é obra do PT e do Lula que não representam a comunidade cristã

Fiel 05	Primeiro que isso é inconstitucional. Segundo que é contra a lei de Deus. E terceiro é que isso é culpa da esquerda demoníaca que controla o Brasil
Fiel 06	Isso desrespeita a família de bem desse país. Vão educar nossos filhos a serem tudo viado? A ditadura da ideologia de gênero?
Fiel 07	Estamos diante dessa barbárie. Um tipo de doenças que precisa de tratamento urgente. Não vamos aceitar esse projeto do governo Lula que quer destruir a família brasileira
Fiel 08	A esquerda quer liberar isso para desmoralizar nosso país. Isso deve ser tratado como doença. Acho que seremos o primeiro país do mundo a passar essa vergonha.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

A posição assumida pelos participantes da pesquisa empírica, corroborada pelas informações apresentadas no Quadro 01, está em conformidade com a defendida pela Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados (CD). Essa situação é particularmente evidente quando o deputado Marco Feliciano, em 2013, assumiu a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da CD, apesar de, naquele momento, ter sido acusado de homofobia e racismo (Sung, 2015).

Aparentemente incoerente, a presença do deputado Pastor Marco Feliciano demonstrava o poder de articulação que a Frente Parlamentar Evangélica possui no Parlamento Nacional. Essa demonstração de força política e eleitoral dessa frente parlamentar expressava a defesa do modelo tradicional de família cristã e dos valores sexuais, em consonância com os preceitos da teologia da prosperidade. Para Sung (2015):

A defesa do modelo tradicional da família pelas igrejas cristãs não é novidade. A Igreja Católica, por exemplo, sempre teve uma postura de desconfiança em relação ao mundo moderno, não somente em termos de família e sexualidade, mas também em relação à cultura de consumo, o que também é verdade para setores evangélicos mais tradicionais, que continuam se opondo à cultura moderna como um todo. No caso dos evangélicos, a novidade que pastores e lideranças como Feliciano e outros representam é a junção que fazem de dois valores aparentemente contraditórios: a adesão à cultura do consumo do capitalismo globalizado através da teologia da prosperidade; e, ao mesmo tempo, serem radical e militantemente contra novos comportamentos e valores sexuais e familiares dessa mesma sociedade em que estão ascendendo como parte da "nova classe média" (Sung 2015, p. 43).

Assim, percebe-se que a teologia da prosperidade é hodierna no que tange à adesão à cultura do consumo, mas obsoleta quanto aos valores sexuais e familiares. Nessa perspectiva, os crentes que seguem a orientação das lideranças neopentecostais esperam saciar seus desejos consumistas, mas apresentam atitudes arcaicas ao reconhecer o direito de todos de viverem e

expressarem, sem violência, preconceito ou discriminação, a orientação sexual com a qual se identificam.

De acordo com Mesquita e Perucchi (2016), de modo geral, as igrejas evangélicas tradicionais têm uma concepção de homossexualidade sustentada em torno do pecado. Desse modo, “[...] a gênese da homossexualidade estaria atrelada a problemas psíquicos, devido à não aceitação da sexualidade biológica, entendida como dada por Deus e natural; tais conflitos resultariam em angústias e infelicidade para o indivíduo” (Mesquita; Perucchi, 2016, p. 108).

Faria sentido, considerando que a orientação sexual estivesse relacionada a problemas psíquicos, pressupor seu tratamento, conforme o debate proposto pela “Cura Gay”, cujo tema ganhou espaço na arena política, especialmente nos debates parlamentares na Câmara Federal, nos quais grande parte dos apoiadores eram parlamentares evangélicos. É oportuno notar que quase a totalidade dos membros da Frente Parlamentar Evangélica é composta por importantes lideranças religiosas de suas igrejas; conseqüentemente, eles exercem forte influência sobre o tipo de pregação que ocorre nos templos.

Essa repulsa ao diferente, conforme verificado no Quadro 01, tem íntima conexão com a dificuldade de compreender a realidade para além dos padrões heteronormativos, muito comuns àqueles que utilizam as ferramentas de uma racionalidade baseada em posturas fundamentalistas. Nesse sentido, e em concordância com Dias (2014), entende-se que: [...] o comportamento sexual divergente da ordem da heterossexualidade é situado fora dos estereótipos, restando rotulado de anormal, ou seja, fora da normalidade. O que não se encaixa nos padrões é rejeitado pelo simples fato de ser diferente. (Dias, 2014, p. 35).

Considerando o discurso dos integrantes da Frente Parlamentar Evangélica, trata-se de um discurso de ódio, característico de uma política performativa, composta por forças ilocucionárias e perlocucionárias, proclamadas por meio de insultos, ofensas e ameaças. Nessa perspectiva, concorda-se com Dias (2014) quando observa que a percepção de que as relações homoafetivas são contrárias à natureza humana teve grande influência dos preceitos judaico-cristãos, pois “[...] o maior preconceito contra a homossexualidade provém das religiões” (Dias, 2014, p. 49).

Esse preconceito tem se desdobrado com frequência em discriminação e violência, uma vez que a comunidade LGBTQIA+ (e não apenas ela) é um dos alvos preferenciais desse ataque, que expressa elevada carga de odiosidade, conforme será verificado no Quadro 02:

Quadro 02: O sentimento em relação a pessoas de orientação sexual LGBTQIA+

Fiel	Sentimento em relação a LGBTQIA+
Fiel 01	Bando de pecadores. Gente imunda, nojenta que desrespeita as leis de Deus e a biologia.
Fiel 02	Estão na imundície do pecado. Não podem entrar no céu vivendo na promiscuidade.
Fiel 03	São sujos e cheios de pecado. Nem homem com homem e nem mulher com mulher.
Fiel 04	Gente nojenta e sem escrúpulos. Eles não têm o direito de ofender a família tradicional com a ditadura deles.
Fiel 05	São pecadores nojentos. Devem procurar a conversão antes que seja tarde, pois uma hora o senhor vai castigá-los por viverem no pecado.
Fiel 06	Eles não devem estar na igreja. São ímpios. São péssima influência para a sociedade, especialmente para nossos filhos.
Fiel 07	É nojento o que eles fazem. Não podemos admitir que eles agora possam se unir. Unir, pois casamento é sagrado. É da igreja.
Fiel 08	Estão em pecado. Quero distância deles, pois quem peca não irá para o paraíso. Quem peca, infelizmente, irá para o inferno.

Fonte: pesquisa de campo, 2023.

Cazelatto e Cardin (2016) apontam quem o discurso de ódio homofóbico é um instrumento limitador da sexualidade humana e cujos fundamentos são estruturados tendo por base os pressupostos da heteronormatividade e calcadas num "[...] 'heterocentrismo', que sujeita as orientações sexuais e, eventualmente, as identidades de gênero à primazia de uma heterossexualidade compulsória" (Jesus, 2013, p. 364).

Essa posição heterocêntrica foi assumida e propagada pela tradição judaico-cristã, reproduzindo e reforçando a crença de que a heterossexualidade seria o padrão normal, e que tudo o que divergisse desse padrão seria considerado inferior, patológico e passível de discursos depreciativos, bem como de violência física e simbólica. De certa maneira:

Exprime uma compreensão presidida pelo senso comum, o que torna perceptível que a retórica utilizada serve muito mais para atacar os direitos sexuais de pessoas que não se enquadram nos padrões binários heteronormativos hegemônicos em nossa sociedade (Farias Júnior, 2023, p. 81).

Considerando que o cristianismo, de modo geral, tem como grande expoente uma figura que pregava o amor e o perdão, como justificar um sentimento de cólera contra aqueles que se orientam sexualmente de maneira diversa? Trata-se, portanto, de uma manifestação de intolerância, preconceito e discriminação, voltada especificamente a indivíduos que não se

enquadram nos padrões sexuais impostos (Cazelatto e Cardin, 2016).

Assim, a heteronormatividade compulsória dos dias atuais teve inestimável contribuição do cristianismo, pois “[...] as diferentes culturas, nas quais o cristianismo cresceu e se desenvolveu, parecem explicar as ambiguidades e a força das diferenças entre as práticas religiosas e as compreensões morais daquele tempo” (Manual de Cristianismo LGBTI+, 2021, p. 28), o que, de algum modo, “[...] nutria a relação do cristianismo com as pessoas que apresentavam comportamentos sexuais considerados desviantes” (Manual de Cristianismo LGBTI+, 2021, p. 28).

Se, outrora, os discursos de ódio homofóbicos eram restritos às pregações religiosas nos púlpitos, atualmente eles encontram espaço parlamentar privilegiado para serem disseminados. Os parlamentares evangélicos, segundo Quadros e Madeira (2018), perderam a vergonha de vociferar contra indivíduos que não se enquadram na heteronormatividade compulsória.

Nas palavras de Brugger (2007), o “discurso de ódio” serve como instrumento a serviço do propósito de insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnia, nacionalidade, sexo ou religião, ou que tenha a capacidade de instigar violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas. De modo geral, é isso que se demonstra nos fragmentos apresentados no Quadro 02.

De acordo com a Bíblia, um dos principais ensinamentos de Cristo se resume a “amar ao próximo como a si mesmo”. O que justificaria a reversão desse ensinamento? Como legitimar o ódio e incitar a violência quando o fundamento da fé cristã prega o amor incondicional, indistintamente?

É necessário mencionar a confusão generalizada observada por Meyer-Pflug (2009) entre os defensores de pautas reacionárias sobre a liberdade de expressão e o discurso de ódio. Sob o pretexto do exercício do direito sagrado à liberdade de expressão, certas lideranças religiosas se aproveitam para desferir um ódio avassalador contra a comunidade LGBTQIA+.

Essa questão é elucidada por Rios (2007), ao explicar que o discurso de ódio direcionado à população LGBTQIA+ reflete uma sociedade heteronormativa e é legitimado, sobretudo, ao estabelecer um sistema de hierarquização que coloca as pessoas LGBTQIA+ como “anormais”. Por serem consideradas “anormais”, tal categorização, infelizmente, é usada por alguns indivíduos para justificar a violência contra pessoas cuja orientação sexual diverge dos padrões heteronormativos.

Nesse bojo, cabe concordar com Fernandes (2013): “O Brasil contemporâneo é, também,

definido pelos altos índices de violência letal contra as populações LGBTQIA+”. De acordo com o Mapa da Violência de Gênero, a maioria dos autores desses crimes são homens (GÊNERO E NÚMERO, 2020). Considerando que a maior parte da população é cristã, muitos dos que cometem tais barbaridades professam a religião daquele que pediu que todos se amassem.

Quadro 03: O medo de pessoas LGBTQIA+

Fiel	Principal medo
Fiel 01	Se todo mundo virar isso será o fim da sociedade
Fiel 02	Medo de ir para o inferno
Fiel 03	Isso vai acabar com a família
Fiel 04	Medo dos meus filhos se tornarem isso
Fiel 05	Medo de ir para o inferno
Fiel 06	Porque isso é um dos piores pecados que tem
Fiel 07	Medo de ir para o inferno
Fiel 08	Medo de acabar com a família

Fonte: pesquisa de campo, 2023.

De modo geral, as religiões abraâmicas (judaísmo, cristianismo e islamismo) sustentam seus alicerces no medo, especialmente o temor do inferno. Segundo Souza, Abumanssur e Leite (2019), particularmente no cristianismo, a personificação do pecado é representada pela figura do Diabo, cujo principal objetivo é provocar a perdição eterna das pessoas.

No segmento neopentecostal, comumente atribui-se ao Diabo a influência negativa sobre as pessoas, o que acaba afetando a contribuição dizimal (Souza, Abumanssur e Leite, 2019). Não é por acaso que muitas igrejas orientadas pelas premissas do neopentecostalismo enxergam a homossexualidade como doença e defendem sua “cura” por meio de tratamentos psicoterapêuticos aliados à conversão religiosa. Trata-se, portanto, de uma morbidade que condenaria as pessoas ao inferno.

Desse modo, verifica-se com frequência, nas respostas dos oito participantes da parte empírica deste estudo, que a orientação sexual das pessoas poderia condená-las ao inferno, provocar o fim das famílias ou, até mesmo, ameaçar a sociedade. O medo, assim, passa a representar um instrumento de controle e vigilância a serviço da reprodução do Ethos religioso.

Ademais, as manifestações registradas nos depoimentos dos oito participantes da

pesquisa empírica revelam posturas preconceituosas e discriminatórias no interior de uma teologia cujo principal expoente ensinou que o mandamento mais importante é “amar o próximo como a si mesmo”.

Essa postura preconceituosa e discriminatória contra a orientação sexual alheia, enraizada em uma igreja fundamentada na teologia cristã, revela uma infeliz contradição: a rejeição e o ódio dirigidos àqueles que escolheram amar para além do rígido padrão heteronormativo compulsório.

Nesse sentido, se, em algum momento, essa postura odiosa e preconceituosa contra pessoas LGBTQIA+ estava confinada aos templos religiosos, atualmente ela possui forte representação política nos parlamentos municipais, estaduais e federal, contribuindo para a disseminação de discursos de ódio em todas as esferas administrativas.

Ainda que a legislação brasileira, para além de interpretações baseadas em preceitos bíblicos, garanta o usufruto de direitos civis iguais (prevendo pena mínima de 1 a 3 anos de reclusão), percebe-se que a criminalização da homofobia não tem sido suficiente para combater a discriminação e o preconceito, seja na sociedade em geral, seja quando esse crime ocorre em templos religiosos.

Tendo em vista os fragmentos expostos nos Quadros 01, 02 e 03, entende-se que o avanço de posições fundamentalistas e teocráticas defendidas por determinadas agremiações religiosas, pautadas em teologias que propagam discurso de ódio, representa um risco para a democracia e para a manutenção de sua laicidade.

16

Indivíduos de orientação LGBTQIA+, além de enfrentarem preconceito, discriminação e violência por parte da sociedade em geral, ainda se deparam com o ódio daqueles que, em tese, deveriam praticar o amor ao próximo. Embora seja equivocado generalizar, a postura abjeta contra pessoas que escapam aos padrões heteronormativos provém, em grande medida, de indivíduos que frequentam igrejas, se ajoelham pedindo bens materiais e curas espirituais, mas são incapazes de compreender que “o amor é a capacidade de perceber o semelhante no dissemelhante” (Adorno, 1993, p. 167).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o presente artigo demonstra que as percepções dos participantes sobre pessoas LGBTQIA+ giram em torno da ideia de pecado, orientadas por uma moral baseada em preceitos bíblicos. No que se refere à união homoafetiva, todos os participantes se mostraram contrários,

associando-a também a doenças ou à ideologia de gênero. Esse tipo de posicionamento é amplamente disseminado por políticos da Frente Parlamentar Evangélica, que atuam como porta-vozes no parlamento.

Além disso, os dados empíricos evidenciam que o discurso religioso influencia diretamente a forma como as pessoas LGBTQIA+ são percebidas, julgadas e tratadas. As falas dos participantes revelam a internalização de uma moralidade religiosa que naturaliza a exclusão, patologiza identidades e legitima a rejeição social, demonstrando que o discurso de ódio se configura como prática social e não apenas como opinião isolada. Nesse contexto, a religião, quando articulada a projetos políticos conservadores, contribui para a validação moral da discriminação, sustentando desigualdades sob a justificativa da defesa da fé e da família.

Não se enquadrar no padrão heteronormativo significa ser classificado como patológico e, muitas vezes, associado a problemas psíquicos decorrentes da não aceitação da sexualidade biológica e natural, considerada dada por Deus. Nesse cenário, surge o debate sobre a chamada “Cura Gay”, novamente fomentado por parlamentares evangélicos com forte influência nas igrejas neopentecostais.

Os participantes expressaram seus sentimentos em relação às pessoas LGBTQIA+ de maneira hostil, utilizando termos como “pecadores”, “nojentos”, “imundos”, “sujos” e “ímpios”. Essa manifestação reforça a intolerância e o discurso de ódio contra minorias sexuais, fundamentados em uma perspectiva cristã de família composta por um homem e uma mulher. O preconceito e a discriminação se voltam contra aqueles cujos padrões sexuais não estão de acordo com os ensinamentos bíblicos.

Ainda que o direito à liberdade de expressão seja garantido pela Constituição, é necessário assegurar que ele não seja utilizado para legitimar o discurso de ódio, sobretudo contra minorias sexuais. O discurso de ódio fere a dignidade da pessoa humana e, em uma perspectiva cristã, contraria o dogma do amor ao próximo. Assim, o cristão, que deveria acolher, amar e não julgar, frequentemente atua como agente da discriminação e do ódio contra aqueles que pensam e agem de maneira diferente de seus costumes e tradições religiosas.

Os discursos sobre pessoas LGBTQIA+, proferidos por lideranças religiosas e políticas, contribuem para a disseminação de valores cristãos disfarçados de preconceito. As premissas defendidas por esses sujeitos buscam respaldo no direito à liberdade de expressão, mas configuram um discurso de ódio e atacam a luta legítima pela conquista de direitos.

O discurso de ódio, disfarçado de valores morais, está atrelado a uma sociedade pautada

na heteronormatividade, constituída historicamente a partir de pressupostos cristãos, sobretudo em trechos bíblicos que marginalizam pessoas homossexuais. Dessa forma, além de preconceito, discriminação, intolerância e violência, a comunidade LGBTQIA+ enfrenta ataques de ódio provenientes de grupos religiosos que, em tese, deveriam disseminar o princípio do amor ao próximo e defender a dignidade da pessoa humana.

É relevante destacar que todos os entrevistados possuem nível superior, o que tensiona a ideia de que o discurso de ódio estaria associado apenas à falta de escolarização. Ao contrário, os dados sugerem que a formação acadêmica não impede a reprodução de concepções excludentes ancoradas em dogmas religiosos e reforçadas por lideranças políticas. Esse cenário indica que a escolarização formal não tem sido suficiente para promover reflexões críticas sobre diversidade sexual, direitos humanos e pluralidade social, especialmente quando valores morais fundamentados na teologia cristã se sobrepõem a princípios democráticos. Assim, evidencia-se a necessidade de processos educativos que ultrapassem a dimensão técnica da formação superior e incorporem, de modo efetivo, debates éticos, sociais e culturais voltados ao respeito às diferenças e à dignidade humana.

Nessa perspectiva, torna-se imprescindível reafirmar a laicidade do Estado como pilar da democracia. A liberdade religiosa e a liberdade de expressão não podem ser manipuladas para sustentar práticas discursivas que desumanizam sujeitos e incentivam a intolerância, seja ela religiosa ou sexual. O enfrentamento ao discurso de ódio requer não apenas medidas jurídicas, mas também ações educativas, produção de conhecimento crítico e fortalecimento de culturas de respeito ao outro. Somente a partir do reconhecimento da dignidade humana como princípio inegociável será possível romper com a lógica que transforma diferenças em desigualdades e fé em instrumento de exclusão.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **Minima moralia: Reflexões a partir da vida danificada**. São Paulo: Ática, 1993.

ALENCAR, Gustavo. DE. **Grupos protestantes e engajamento social: uma análise dos discursos e ações de coletivos evangélicos progressistas**. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, p. 173-196, 2019.

AVIZ, Alan Silva de. **Sexualidade e religiosidade: um estudo sobre a frequência de homossexuais em igrejas evangélicas em belém**. *Ciencias Sociales y Religión/ Ciências Sociais e Religião*, Campinas, v. 21, p. 1-25, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário oficial da união, Brasília.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.277** – Distrito Federal. Relator: Ministro Ayres Britto. Brasília, 2011.

BRUGGER, W. **Proibição ou proteção do discurso do ódio? Algumas observações sobre o direito alemão e o americano**. Tradução de Maria Ângela Jardim de Santa Cruz Oliveira. Revista de Direito Público. Brasília: Instituto Brasiliense de Direito Público, n. 15, p. 117-136, 2007.

CAVALCANTE FILHO, João. **O discurso de ódio na jurisprudência alemã, americana e brasileira**. São Paulo: Editora Saraiva, 2017.

CAZELATTO, Caio Eduardo; CARDIN, Valéria. **O discurso de ódio homofóbico no Brasil: um instrumento limitador da sexualidade humana**. Revista Jurídica Cesumar, v. 16, n. 3, p. 919-938, 2016.

DE MENDONÇA NETO, Cleno; DO AMARAL MADUREIRA, Ana Flávia. **Espiritualidade e sexualidade: As influências da lgbtfobia em contextos religiosos**. Programa de Iniciação Científica-PIC/UniCEUB-Relatórios de Pesquisa, n. 3, 2018.

19

DIAS, Emily; Romancini, Richard. **Teologia da prosperidade 2.0: neoliberalismo, religião e comunicação digital no Dunamis Movement**. Líbero, São Paulo, n. 51, p. 144-164, 2022.

DIAS, Maria Berenice. **Homoafetividade e os direitos LGBTI**. 6. ed. reformulada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

FARIAS JÚNIOR, Raimundo. **Deus ou Bolsonaro acima de tudo?: Pentecostais e neopentecostais nas manifestações antidemocráticas de 2022**. Davar Polissêmica, v.17, n.1, p. 70-86, 2023.

FARIAS JÚNIOR, Raimundo; MOREIRA, Lana; MORAES, Lienne. **A teologia do domínio em igrejas neopentecostais da região metropolitana de Belém: a construção social de simulacros entre religião e política**. Reflexus: revista semestral de teologia e ciências das religiões, v. 19, p. 13-31, 2025.

FERNANDES, Felipe Bruno. **Assassinatos de travestis e "pais de santo" no Brasil: homofobia, transfobia e intolerância religiosa**. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 485-492, 2013.

FREIRE, Lucas; CARDINALI, Daniel. **O ódio atrás das grades: da construção social da discriminação por orientação sexual à criminalização da homofobia**. Sexualidad, Salud y Sociedad, Rio de Janeiro, n. 12, p. 37-63, 2012.

GÊNERO E NÚMERO. Mapa da violência de Gênero: LGBT+. Disponível em: <https://mapadaviolenciadegenero.com.br/lgbt/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

JESUS, Jaqueline **O conceito de heterocentrismo: um conjunto de crenças enviesadas e sua permanência.** Psico-USF, Bragança Paulis, v. 18, n. 3, p. 363-372, 2013.

LAURENTIIS, Lucas; TODA, Thais. **Discurso do ódio: um estudo a partir da garantia à liberdade de expressão e seus limites.** RDL, Natal/RN, v. 24, n. 3, p. 175-205, 2022.

MACEDO, Cleber; SÍVOR, Horacio. **Repantologizando a homossexualidade: a perspectiva de "psicólogos cristãos" brasileiros no século XXI.** Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, v.18 n. 4, p. 1415-1436, 2018.

MACHADO, Maria das Dores; PICCOLO, Fernanda. **Religiões e Homossexualidades.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil.** Edições Loyola: São Paulo, 1999.

MESQUITA, Daniele; PERUCCHI, Juliana. **Não apenas em nome de Deus: discursos religiosos sobre homossexualidade.** Psicologia & Sociedade, v. 28, n. 1, p. 105-114, 2016.

MEYER-PFLUG, Samanta. **Liberdade de Expressão e Discurso de Ódio.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 16, n. 3, p. 919-938, 2009.

PEIXOTO, Pedro André; MORAIS, Aurelina Fernanda. **A última onda: identidade neopentecostal e seu caráter histórico.** Revista de Ciências Humanas, Caeté, v.3, n.1, 191-206, 2021. 20

PINTO, Lara de Coutinho. **Proselitismo religioso e discurso de ódio: reflexões sobre os limites da liberdade de expressão religiosa.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

QUADROS, Marcos Paulo; MADEIRA, Rafael. **Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil.** Opinião Pública, v. 24, n. 3, p. 486-522, 2018.

RIOS, R. R. (org). **Em defesa dos Direitos Sexuais.** Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2007.

SILVA, Daniel Eloi da; SILVA, José Erbeson Lemos da. **O discurso político-religioso de líderes neopentecostais em redes sociais digitais: entre o ódio e a liberdade de expressão.** Revista Juridicidade Constitucional e Democracia, Mossoró: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, v. 24, n. 3, p. 486-522, 2023.

SOUZA, André Ricardo; ABUMANSUR, Edin; LEITE, Jorge. **Percursos do Diabo e seus papéis nas igrejas neopentecostais.** Horizontes Antropológicos, v. 25, n. 53, p. 385-410, jan. 2019.

STELLA, Maria de Lourdes Koerich Belli. **Teologia da prosperidade: riscos de uma teologia controversa.** Teologia e Espiritualidade, Curitiba, v.5, n.9, p. 43-64, 2018.

SUNG, Jung. **Prosperidade sim, família homossexual, não! A nova classe média evangélica.** Psicologia USP, v. 26, n. 1, p. 43-51, 2015.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.